

O Novo Ensino Médio como ideologia: análise crítica das propagandas do governo federal brasileiro

The New High School as an Ideology: critical analysis of advertisements of the Brazilian federal government

Michel Pisa Carnio

Universidade Estadual de Maringá (UEM/PCM)
michelcarnio@yahoo.com.br

Marcos Cesar Danhoni Neves

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
macedane@yahoo.com

Resumo

Justificada a partir das grandes mazelas educacionais, a Reforma do Ensino Médio foi proposta e implementada sem que houvesse diálogo com as profundas demandas sociais e formativas que permeiam a educação nacional. Como um de seus esforços de legitimação perante a população, o governo federal tem investido quantias consideráveis de recursos públicos direcionados à propagandas de divulgação dessa política. Neste sentido, o presente trabalho propõe analisar os contextos, discursos e contradições de sete propagandas do Governo Federal sobre Novo Ensino Médio, por meio de uma perspectiva crítica de seu caráter ideológico entre o que ela propõe e o que se apresenta nas propagandas. Como resultados, reconhecemos as propagandas do governo como ideologia, nas quais se notam artimanhas e estratégias argumentativas das propagandas para mascarar as reais intencionalidades da efetivação dessa política pública.

Palavras chave: reforma do ensino médio, propaganda governamental, políticas públicas e ideologia.

Abstract

Justified from the great educational problems, the Reform of High School was proposed and implemented without any dialogue with the deep social and formative demands that permeate national education. As one of its efforts to legitimize the population, the federal government has invested considerable amounts of public resources directed to the dissemination advertisements of this policy. In this sense, the present work proposes to analyze the contexts, speeches and contradictions of seven Federal Government advertisements on New High School, through a critical perspective of its ideological character between what it proposes and what is presented in the advertisements. As a result, we recognize government propaganda as an ideology, in which we can see the tricks and strategies of the propaganda to mask the real intentions of public policy.

Key words: high school reform, government propaganda, public policy, and ideology.

Introdução: propostas e contextos da Reforma do Ensino Médio

Em um contexto mundial de perspectivas da educação no sistema neoliberal, no Brasil percebe-se um aprofundamento na implementação de políticas públicas (im)populares após a destituição do governo Dilma. Num primeiro momento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sofreu grandes alterações no período pós-impeachment (2016), tanto no seu processo quanto no seu conteúdo. Posteriormente, a Reforma do Ensino Médio entra em discussão.

Iniciada como Medida Provisória nº 746/2016, ela foi votada e transformada na Lei 13.415 de 2017. Ao contrário das políticas educacionais posteriores à Constituição de 1988 - como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 -, a origem desta proposta não adveio da iniciativa civil, mas de um processo autoritário do governo executivo impondo uma proposta que se configura como um retrocesso às políticas de educação (COSTA; COUTINHO, 2018), votada às pressas pela Câmara dos Deputados.

Nesse âmbito de muita controvérsia, o governo federal buscou a legitimação da proposta ao investir no aumento de propaganda do governo¹, no aumento de recursos dedicados às mídias virtuais² e no financiamento direto de youtubers adolescentes³.

O discurso hegemônico parece estar totalmente alinhado junto a um forte mecanismo de comunicação, porém é possível notar que as contradições explícitas do programa e de seus defensores escapam à administração total, como por exemplo o pedido de demissão do ex-presidente da Comissão Bicameral da BNCC no CNE⁴, o que gera grande movimentação contra hegemônica fazendo graves denúncias à proposta⁵.

Sobre propagandas governamentais na educação e uma concepção crítica de ideologia

De acordo com Rego (1985, p.52) “[...] a comunicação governamental seleciona acontecimentos socialmente significativos”, “[...] como se o ato de informar ao cidadão fosse uma concessão paternalista e não um direito” (SANTOS; SOUZA, 2014, p. 3). Nesse contexto, o que aparece como “Novo” Ensino Médio começa por se revelar de uma imensa falcatura que nada mais faz do que implementar perspectivas formativas instrumentais e retrógradas que, em nome de uma certa modernização da relação do aluno com seu aprendizado e com o ambiente

¹ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/uniao-gasta-r-15-bi-com-propaganda-em-2016-estatais-puxam-queda-de-27/>>.

² Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/redes-sociais-receberam-r-67-milhoes-em-publicidade-federal-em-2016/>>.

³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-desloca-r-295-mil-para-propaganda-de-youtubers-sobre-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>>.

⁴ Disponível em: <<https://www.cpp.org.br/informacao/entrevistas/item/12641-cesar-bncc>>.

⁵ Disponível em: <<http://www.aldeianago.com.br/artigos/91-dando-o-que-falar/15095-especialistas-desconstroem-propaganda-do-mec-sobre-reforma-do-ensino-medio-por-lilian-milena>>.

de trabalho, reduz as opções formativas oferecidas pela escola básica a elementos puramente técnicos, de baixa complexidade e coerente apenas com uma visão neoliberal de sociedade (MACEDO, 2015; SANTOS, 2017).

O descompasso da organização nos convida a pensar a relação da propaganda (que se coloca como aparência) com as propostas - muitas vezes dispersas e imperceptíveis - do projeto (que seria a sua “essência”). Surge então a necessidade de explicitar uma fundamentação teórica crítica que forneça elementos de orientação e de análise entre a essência (as coisas “como são”) e a aparência (o que dizem que são).

Os pensadores da Escola de Frankfurt, entre suas preocupações, debruçaram-se sobre a atualização das apropriações marxistas para o século XX tendo como um eixo de extrema valia o campo da linguagem, da expressão e da comunicação. Uma das categorias a serem problematizadas era justamente a dicotomia entre essência e aparência: a distância entre fenômeno e pensamento, entre o que se diz e o que é. Para esses autores, era premente a necessidade de repensar os significados acerca do conceito de ideologia, na medida em que, “[...] se não a essência, pelo menos a função do conceito de ideologia foi modificando historicamente” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 184).

Em busca de olhares mais dialéticos para essa contradição, Adorno rompe com a visão linear de que a ideologia é necessariamente uma falsa realidade. Para ele, assim como é possível ao sujeito obter aparências equivocadas de um fenômeno real, as “falsas aparências” são parte do real e contêm já em si as chaves para sua decifração. Por isso, a aparência traz consigo elementos por meio dos quais podemos estabelecer a verdade dos fenômenos.

Nota-se que o eixo de preocupação do autor se desloca da veracidade da ideologia, fixando-se na coerência do pensamento ideológico com o fenômeno real. Assim, as ideologias poderiam ser verdadeiras “em si”, porém seriam “[...] não verdadeiras quando têm a presunção de já estarem realizadas” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 200).

Neste sentido, o trabalho propõe analisar os contextos, discursos e contradições dos principais fundamentos do Novo Ensino Médio a partir de uma perspectiva crítica sob seu caráter de ideologia entre o que ela propõe e o que se apresenta nas propagandas do Governo Federal.

Aspectos metodológicos

A pesquisa é de abordagem qualitativa e elenca como objeto de análise sete propagandas do Governo Federal a respeito do Novo Ensino Médio disponibilizadas no Youtube. Para a constituição de dados utilizamos a transcrição destes vídeos, assim como a Lei na sua íntegra.

Fundamentamos a metodologia nas premissas do materialismo dialético dos pensadores da Escola de Frankfurt. Trata-se de romper com uma visão positivista de ciência que, por meio de categorias estanques e absolutas, sobrepõe o método ao fenômeno. Procura-se assim dar primazia ao objeto, compreendendo os principais aspectos envolvidos como elementos interdependentes e interpretando-os como se formassem uma constelação (ADORNO, 2009).

A análise foi realizada a partir do que divulgado nas propagandas do governo (segundo os links dos vídeos e suas transcrições), por meio do contraste entre os bastidores sociais e políticos da proposta e o que é dito no projeto de lei escrito. Cada propaganda é referenciada por “P” seguida de um número (por exemplo, P1, P2, e outras)⁶.

⁶ P1: “Novo Ensino Médio 01”. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=iIszj0WWqfA>>.

P2: “Novo Ensino Médio 02”. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=4pb1nasqUtQ>>.

Análises e discussões

Motivações e apelos midiáticos: uma propaganda de afetos

De forma geral, as informações sobre a proposta surgem em meio a diálogos cotidianos que ocorrem em contextos informais. Na P1 e P2 estão o professor, uma lousa e três alunos sentados em um sofá no meio da rua; na P3 temos o pai, mãe e filho no ambiente familiar; na P4 e P5 os alunos e alunas estão dispostos em um anfiteatro; na P6 duas alunas conversam no pátio/na cantina da escola; e na P7 um grupo de alunos conversa na mesa de estudos da biblioteca.

Ao longo das propagandas configuram-se padrões de justificativas que procuram apresentar ao telespectador as razões pelas quais tal proposta deve ser aceita pela população, que denominamos de “motivações”. Na maioria dos vídeos prevalecem duas motivações centrais defendidas e reproduzidas. Os diálogos da propaganda 2 exemplificam a exaltação de todos os vídeos em torno da reestruturação curricular do Ensino Médio em áreas de conhecimento:

Aluna 1: É verdade que eu vou poder fazer escolhas no meu currículo?

Professor: Sim, claro!

Aluna 2: Mas eu ainda não sei que profissão seguir.

Professor: Não precisa escolher a profissão agora, apenas a área de conhecimento.

Aluna 3: E se eu quiser fazer um ensino técnico?

Professor: Aí basta escolher uma das formações técnicas oferecidas pela sua escola.

Essa possível flexibilidade curricular cria no imaginário popular um cenário em que poderia prevalecer uma segunda motivação muito marcante: a possibilidade de escolha das disciplinas a serem cursadas (P1, P2, P3, P6 e P7). De acordo com a P1:

Aluno 1: Eu vou continuar estudando Geografia, História e Filosofia?

Professor: Claro. A Base Nacional Comum Curricular contemplará tudo isso.

Aluno 2: Mas eu vou poder escolher uma área de conhecimento?

Professor: Vai sim. Uma parte do currículo será obrigatória, e a outra parte você escolhe.

A aluna da segunda propaganda não seria mais “obrigada a estudar um monte de coisa que não tem muita ligação com o que eu desejo pro meu futuro, pra minha vida” (Aluna 2, P6).

O apelo à tecnologia também se mostra presente nas propagandas (P3, P4, P5, P6 e P7). Seja incentivando os telespectadores a acessarem o site do MEC (P3, P4, P5 e P6), seja quando os personagens acessam o site do MEC pelo notebook (P3) ou tablet (P7), percebe-se o grande

P3: “Com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu futuro!”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bIFgyTLiv4Q>>.

P4: “Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kdERkL03eTs>>.

P5: “O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7_Fdhibi0yQ>.

P6: “O Novo Ensino Médio vai ser mais estimulante e compatível com a sua realidade!”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qp0_kuVNskk>.

P7: “O Novo Ensino Médio vai melhorar a educação dos jovens!”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C-M_ewoa0iY&t=55s>.

apelo às gerações mais novas por meio dessa linguagem da tecnologia e das mídias virtuais.

A tentativa de criar uma proximidade entre a proposta e a dinamicidade da sociedade contemporânea se coloca como um convite eficiente à participação popular, reforçado pela chamada “Acesse o site e participe das discussões” (P3, P4 e P5). Essa aparência de participação pública em uma proposta que não levou em consideração o debate público cria um ambiente favorável para a construção de jargões pelas propagandas, como “Agora é você quem decide o seu futuro” (P3, P6 e P7) e “Quem conhece o Novo Ensino Médio, aprova” (P4 e P5).

Por fim, as propagandas ajudam a compor a narrativa e legitimidade da proposta dentro da área educacional. Na P1 exalta-se que o Novo Ensino Médio é “Aprovado por 72% dos brasileiros”, a partir de uma pesquisa do Ibope - o que, a partir de uma análise social, não diz efetivamente sobre o conteúdo da proposta. Na P6 a ênfase é sobre os baixos níveis de classificação do Brasil nas avaliações externas: “Brasil. Baixo desempenho na educação. Últimos lugares na avaliação do PISA em 70 países” (P6). Esses dados aparecem como justificativa para a implementação dessa reforma, como se o diagnóstico da baixa qualidade da educação nacional fosse, por si só, justificativa para a implementação de qualquer política pública.

Subsunção do interesse público ao interesse privado: o engodo da liberdade de escolha

Apesar de exaltar suas possíveis preocupações com as demandas populares, o Novo Ensino Médio, quando analisado desde os bastidores, revela sua verdadeira motivação.

No dia primeiro de setembro de 2016 a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) divulga a notícia de que o “novo projeto educacional do SESI formará docentes com formação por área do conhecimento”⁷. Esta notícia revela que o SESI passaria a organizar seus currículos de formação de professores a partir de uma organização de conhecimento dividida em áreas do conhecimento, de forma muito semelhante àquela proposta pela Medida Provisória nº 746 que foi publicada no dia 22 de setembro de 2016 no Diário Oficial da União.

Fundamentado em discursos de formação para o mercado, a proposta apresenta à sociedade uma falsa possibilidade dos próprios alunos escolherem o próprio currículo. O Artigo 36 do projeto diz que “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2017, p.2). Analisando uma entrevista do Ministro da Educação à época, Mendonça Filho⁸, Silveira e colaboradores (2018) interpretam que

[...] o aluno que estudar em uma comunidade escolar onde não seja oferecido o itinerário formativo, e não tenha condições de se deslocar para uma escola que ofereça o itinerário de sua preferência, não terá oportunidade alguma de escolha (SILVEIRA et al., 2018, p. 113).

Para Kaspari e Freitas (2017), a escolha entre as quatro áreas ou a formação profissional é apenas “[...] parcialmente verídica, pois ele poderá optar somente entre as opções disponíveis em sua escola – se houver mais de uma opção” (2017, p. 307). Este debate sobre a reformulação do Ensino Médio “[...] reflete discussões acerca da desigualdade social e das restrições que, culturalmente, se constroem para as minorias (KASPARI; FREITAS, 2017, p. 308).

⁷ Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/faculdade-sesi-de-educacao-professores-preparados-para-enfrentar-os-desafios-do-seculo-21/>>.

⁸ Ministro da educação detalha mudanças no ensino médio. Repórter NBR, 22-09-2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r8zmjj14ou8>>.

No Inciso 3º o projeto diz que apenas “O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio [...]” (BRASIL, 2017, p. 2) e no Inciso 2º diz que “incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia” (BRASIL, 2017, p. 2). Ao destacar os termos “estudos e práticas”, o projeto se esquivava de toda a controvérsia nacional causada pela má repercussão social da exclusão de tais disciplinas, porém este ônus ainda está colocado. Ferretti (2018) acrescenta que essa reorganização curricular favorece mais o desenvolvimento de competências e habilidades propostas na BNCC do que “[...] o estabelecimento de relações dialéticas entre conteúdos disciplinares tendo em vista a compreensão de fenômenos naturais e sociais” (p. 39).

A presença do mítico no novo

A flexibilidade da organização curricular a fragmentação da formação e o esvaziamento do conhecimento no cenário educacional. Decorre disso o fato de que

[...] o direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter ser reduzido ao direito de aprender o “básico” expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como o domínio que é considerado “adequado” para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas às necessidades dos processos produtivos: leitura, matemática e ciências (FREITAS, 2014, p. 1090).

Se a superação de um currículo organizado em disciplinas isoladas é luta constante no campo educacional, essa superação não pode ocorrer à revelia das escolas e suas práticas reais. De acordo com Silva (2018), isso reafirma o caráter autoritário de uma proposta tradicional de educação que busca em uma suposta teoria esclarecida as saídas para os problemas da escola.

Soma-se a isso o lema anacrônico e positivista “Ordem e Progresso” presente na bandeira do Brasil e propagado no final das propagandas do governo (KASPARI; FREITAS, 2017). Aponta-se a necessidade de abordar e compreender as juventudes de forma crítica, “[...] não reduzindo os jovens às representações nas quais eles estão sendo inseridos pelos procedimentos que estruturam e acompanham a retórica da reforma nas propagandas utilizadas pelo governo (SILVEIRA et al., 2018, p. 114).

Considerações Finais

Marcada por retrocessos que remontam a períodos pré-redemocratização, a proposta se baseia na ideia de instituir escolas de tempo integral, reorganizar o currículo escolar em áreas do conhecimento e estabelecer o “notório saber” como critério de seleção de professores para atuarem na educação básica. Em decorrência do forte apelo contra evasão de alunos e a falta de empregos, esse movimento educacional é compreendido como um neotecnicismo que propõe o esvaziamento de disciplinas que proporcionam a ampliação da formação humana.

As análises realizadas permitem declarar que o aumento dos gastos em publicidade do Governo Federal não teve como fio condutor o esclarecimento da necessidade e das potencialidades formativas desta reforma educacional, mas apenas a construção de representações sociais equivocadas por meio de distorção das informações, clichês e jargões. Tais características nos permitem afirmar que essas propagandas governamentais ajudam a desinformar os telespectadores das reais intencionalidades da proposta, conferindo características marcantes de um pensamento ideológico: além de mascararem as reais distâncias entre a essência e a aparência do Novo Ensino Médio, as propagandas se conformam como ideologias que têm a

presunção (irreal) de já estarem realizadas.

Agradecimentos e apoios

Agradecimento à CAPES pelo financiamento.

Referências

ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. La ideología. In: **La sociedad: lecciones de sociología**. Proteo: Buenos Aires, p. 183-205, 1969.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746** de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>.

COSTA, M. A.; COUTINHO, E. H. L. Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: lei nº 13.415/2017. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, out./dez. 2018.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**. v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out-dez, 2014.

KASPARI, T.; FREITAS, E. C. Quem conhece aprova? Análise discursiva da propaganda governamental do Novo Ensino Médio. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 18(3), 2017, p. 294-312.

MACEDO, Elizabeth. Base nacional comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, 2015.

PROJETO. **Projeto de Lei nº 867/2015**: Escola Sem Partido, 2015.

REGO, F. G. T. **Marketing político e governamental**: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação. São Paulo: Summus, 1985.

SANTOS, L. L. Administrando o currículo ou os efeitos da gestão no desenvolvimento curricular. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n.33, e. 166063, 2017.

SANTOS, R. F.; SOUZA, C. F. Análise das propagandas governamentais como reflexos da pós-modernidade. **Anais da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, p. 1-15, 2014.

SILVA, M. R. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.34, e. 214130, p. 1-15, 2018.

SILVEIRA, E. S.; RAMOS, N. R.; VIANNA, R. B.V. O “Novo” Ensino Médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural. **Revista Pedagógica**. v.20, n.43, jan./abr., 2018.